



Bancos e Agências de Desenvolvimento

SUGESTÕES PARA POTENCIALIZAR AS FINANÇAS
SOCIAIS E OS NEGÓCIOS DE IMPACTO NO BRASIL

Outubro de 2014



F O R Ç A T A R E F A
DE
Finanças Sociais

FORÇA TAREFA
DE
Finanças Sociais

Membros

André Degenszajn
Antonio Ermírio de Moraes Neto
Ary Oswaldo Mattos Filho
Fábio Barbosa
Guilherme Affonso Ferreira
Luiz Lara
Maria Alice Setubal
Pedro Parente
Vera Cordeiro

Diretoria Executiva

ICE Instituto de Cidadania Empresarial
Beto Scretas
Célia Cruz
Diogo Quitério
Fernanda Bombardi
Mariana Guimarães
Vivian Rubia

SITAWI Finanças do Bem

Gustavo Pimentel
Leonardo Letelier
Rob Packer

Parceiros estratégicos

Deloitte.

Telefônica | **vivo**
Fundação Telefônica

Apoio



Telefônica | **vivo**
Fundação Telefônica

instituto
pennsula

LEW LARA TBWA

Carta da Força Tarefa de Finanças Sociais

Os Bancos e Agências de Desenvolvimento desempenham um importante papel no apoio a empreendimentos voltados ao desenvolvimento econômico no mundo e no Brasil. Destacam-se pelo volume de recursos que movimentam, pelo alcance de suas operações e pelo potencial de influência que têm sobre inúmeros atores do setor e por reforçarem agendas de desenvolvimento.

Dados de 2013 mostram que as operações de crédito de bancos de fomento do Brasil movimentaram R\$ 295 bilhões, alcançando um aumento de 32% em três anos. Só o BNDES foi responsável por 95% dessas operações.

Não há dúvidas de que para um campo em construção, como o das Finanças Sociais e Negócios de Impacto, a atuação destes Bancos e Agências de Desenvolvimento é essencial, à medida que podem impulsionar seu crescimento, fortalecer seus atores e criar oportunidades para se desenvolva.

Globalmente, os Bancos de Desenvolvimento e as Agências de governo encontraram na agenda do investimento de impacto social um aliado para atingir suas metas de impacto social e desempenho financeiro. Foi a partir dessa reflexão que a Força Tarefa de Finanças Sociais produziu o estudo Bancos e Agências de Desenvolvimento – Sugestões para potencializar as Finanças Sociais e os Negócios de Impacto no Brasil.

Essa publicação tem o objetivo de ressaltar os possíveis papéis de Bancos e Agências de Desenvolvimento no fomento ao campo de Finanças Sociais e de Negócios de Impacto. Traz ainda, de forma detalhada, oportunidades objetivas de atuação por meio de instrumentos de financiamento, de suporte e de posicionamento dessas instituições.

Um exemplo das oportunidades elencadas no estudo é o sub-crédito social do BNDES, modalidade de empréstimo que vincula o financiamento obtido para investimentos sociais do cliente ao território em que os recursos do financiamento do projeto econômico serão desembolsados. Entre os critérios apresentados pelo BNDES para aplicação desses recursos não há qualquer menção a Negócios de Impacto. A inclusão dessa possibilidade – de forma explícita – seja por meio de investimento direto, seja por meio de doação a um fundo social sem fins lucrativos, mostraria a relevância do tema às empresas tomadoras de empréstimos e, ao mesmo tempo, contribuiria para direcionar, aumentando significativamente, a quantidade de recursos disponíveis para modelos de negócios que busquem impacto social e sustentabilidade financeira.

Ao apresentar esse estudo, a Força Tarefa de Finanças Sociais tem a expectativa de tornar público o papel único que Bancos e Agências de Desenvolvimento podem ter no desenvolvimento do campo de Finanças Sociais e Negócios de Impacto. Reforça também o seu compromisso em transformar a mentalidade sobre como gerenciar recursos e necessidades da sociedade aqui refletida na busca por um forte engajamento de Bancos e Agências de Desenvolvimento com o campo.

A Força Tarefa de Finanças Sociais reúne representantes de diferentes setores com o propósito de mobilizar atores-chave para a crença de que modelos de negócio rentáveis podem resolver problemas sociais.

Este estudo é parte de uma série de pesquisas e estudos produzidas pela Força Tarefa de Finanças Sociais com o objetivo de identificar as mudanças sistêmicas que podem contribuir para aumentar significativamente a oferta de capital público e privado disponível para financiar negócios que geram resultado financeiro positivo e de forma sustentável. Também é base para a criação das recomendações para o avanço do campo de Finanças Sociais e Negócios de Impacto no Brasil.

Diretoria Executiva da Força Tarefa de Finanças Sociais

Celia Cruz – Instituto de Cidadania Empresarial

Leonardo Letelier – SITAWI Finanças do Bem

www.forcatarefaфинancassociais.org.br

NOSSA CRENÇA

Modelos de negócio podem resolver problemas sociais

NOSSA MISSÃO

Articular nossa rede para atrair investidores, empreendedores, governos e parceiros para que façam acontecer modelos de negócios rentáveis que resolvam problemas sociais ou ambientais e, com isso, mudem a mentalidade sobre como gerenciar recursos e necessidades da sociedade

NOSSA VISÃO

O campo das Finanças Sociais movimentará R\$ 50 bilhões ao ano até 2020

NOSSA FORMA DE ATUAR

- Produção de conhecimento
- Monitoramento das recomendações
- Acompanhamento da agenda global e local
- Influência de atores estratégicos

Índice

Contexto das Finanças Sociais
no Brasil e no mundo . 6

O escopo deste documento . 6

O papel dos Bancos de
Desenvolvimento nas
Finanças Sociais . 7

Oportunidades de
atuação dos Bancos de
Desenvolvimento no Brasil . 8

Detalhamento das
oportunidades para atuação
dos Bancos de Desenvolvimento
no Brasil . 9

Anexo 01 - Atuação dos
Bancos Internacionais . 16

Bancos e Agências de Desenvolvimento

Sugestões para potencializar as Finanças Sociais e os Negócios de Impacto no Brasil¹

CONTEXTO DAS FINANÇAS SOCIAIS NO BRASIL E NO MUNDO

O tema Finanças Sociais surge do entendimento de que a complexidade dos problemas sociais requer soluções inovadoras e empreendedoras, atraindo capitais privados que se somem às formas tradicionais de financiamento do setor social, ao financiamento público e à filantropia.

O Reino Unido teve papel pioneiro neste campo. Em 2000, governo e sociedade decidiram lançar uma Força Tarefa de Finanças Sociais cujo objetivo era apresentar e implementar recomendações que possibilitassem o desenvolvimento do campo. Ao longo desses anos, houve um enorme avanço daquele país, com o fortalecimento do ecossistema de Finanças Sociais, o surgimento de inovações sociais, novas regulamentações e a efetiva captação de recursos privados para gerar impacto social combinado com retorno financeiro.

Seguindo o exemplo do Reino Unido, outros países – como Canadá e Austrália – também lançaram iniciativas semelhantes. Em junho de 2013, durante a reunião do G8, o Reino Unido lançou uma Força Tarefa para desenvolver recomen-

dações globais e específicas àqueles países no tema dos Investimentos de Impacto. As recomendações recém-lançadas² apontam para o papel fundamental dos governos e dos bancos de desenvolvimento no fomento dos Investimentos de Impacto social³, seja por meio do direcionamento de recursos financeiros para intermediários, por meio da criação e adoção de mecanismos financeiros para Investimentos de Impacto e estimulando gestores de recursos de impacto social ao tomarem decisões de investimento.

Inspirados pela experiência internacional, em agosto de 2013, um Grupo de Trabalho formado por 20 organizações brasileiras iniciou um trabalho de mapeamento de entraves e oportunidades para o desenvolvimento das Finanças Sociais no Brasil. Em paralelo, este grupo teve como missão a identificação e o engajamento de pessoas para compor uma Força Tarefa Brasileira de Finanças Sociais⁴, lançada em maio de 2014.

O ESCOPO DESTE DOCUMENTO

O objetivo deste documento é apresentar às Agências e aos Bancos de Desenvolvimento econômico nas esferas nacionais, regionais e estaduais, sua importância estratégica no fomento do campo de Finanças Sociais no Brasil.

¹ Este documento foi confeccionado pela Diretoria Executiva da Força Tarefa de Finanças Sociais, a partir de uma sugestão do Presidente do BNDES quando de sua participação no Fórum de Finanças Sociais em maio de 2014. Seu conteúdo foi elaborado em parceria com a Kalo Taxidi, mediante pesquisa e entrevistas a atores do campo das Finanças Sociais e dos Negócios de Impacto no Brasil.

² <http://www.socialimpactinvestment.org/index.php>

³ Investimento de Impacto Social, de acordo com definição dos relatórios da Força Tarefa do G8, são aqueles feitos em negócios ou organizações sociais, diretamente ou via fundos, com a intenção de gerar impacto social ou ambiental positivo mensurável, com retorno financeiro.

O documento apresenta oportunidades objetivas de atuação no campo, mediante instrumentos de financiamento, de suporte e de posicionamento dessas instituições frente ao mercado.

O PAPEL DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NAS FINANÇAS SOCIAIS

Bancos e Agências de Desenvolvimento⁴ foram constituídos para apoiar empreendimentos que contribuam com o desenvolvimento econômico do país, ou da esfera administrativa em que atue. Isto se dá por financiamentos, fortalecimento da estrutura de capital de empresas, fomento para a atividade de comércio exterior ou pelo desenvolvimento do mercado de capitais.

Um campo em estruturação, como o das Finanças Sociais, necessita da atuação próxima destes Bancos e Agências como motores que impulsionem seu crescimento, fortalecendo seus atores e trazendo oportunidades para que o campo se desenvolva.

Este campo é constituído por diversas instituições, fundações, famílias, *family funds* e empresas que nele atuam por outras motivações, buscando resultados financeiros, por vezes menores ou nulos, em horizontes maiores que os de negócios convencionais. Além disso, muitas vezes atuam em mercados cujo público atendido (ou consumidor) não possui poder econô-

mico, fazendo com que a geração de caixa dos negócios e o retorno para os investimentos e empréstimos sejam percebidos como de alto risco.

Neste cenário inicial, quase naturalmente o acesso ao crédito por vias convencionais não ocorre. Da mesma maneira, são poucos os atores que já atuam neste ecossistema, criando-se um ciclo não saudável de pouco recurso disponível, poucas instituições e mecanismos financeiros específicos constituídos e uma quantidade muito baixa de negócios sustentáveis financeiramente.

A participação dos Bancos de Desenvolvimento pode estimular o rompimento deste ciclo negativo, contribuindo decisivamente para a construção do ecossistema, seja fortalecendo seus atores atuais, seja incentivando o surgimento de novos atores e intermediários.

A importância do papel dos Bancos de Desenvolvimento no fomento do setor de Finanças Sociais foi reconhecida pela Força Tarefa de Investimento de Impacto Social do G8. Entre os diversos documentos lançados em setembro de 2014, há um relatório – produzido por um Grupo de Trabalho – que apresenta recomendações aos Bancos e Agências de Desenvolvimento para o fomento do mercado de Investimento de Impacto. Ressaltamos que tais recomendações

4 Finanças Sociais (definição da Força Tarefa de Finanças Sociais) são recursos privados e públicos para investimento em atividades que visam produzir impacto social com sustentabilidade financeira. Para viabilizar a alocação desse capital, utilizam-se instrumentos financeiros, novos e existentes, que podem ou não gerar retorno financeiro sobre o capital investido. O impacto deve ser mensurado e analisado periodicamente. O retorno deve ser apropriável e gerenciável pelo empreendimento, sendo que o capital originalmente investido e seus rendimentos podem ou não ser restituídos ao investidor.

5 A partir deste ponto documento, a menção a “Bancos de Desenvolvimento” deve ser entendida como extensível a Agências de Desenvolvimento.

são dirigidas não apenas aos países do G7, mas também aos membros do G20 e aos países em desenvolvimento. De forma resumida, foram estas as recomendações feitas:

- Criar um Fundo de US\$ 500 milhões – com apoio do G7 e do G20 – que dê suporte ao desenvolvimento do mercado de Investimento de Impacto, provendo recursos para o setor – em particular para iniciativas inovadoras e/ou *early stage* -, assistência técnica e disseminando “boas práticas” por meio de uma plataforma online.
- Criar um *Development Impact Bonds Outcomes Fund*, que é uma estrutura de pagamento por desempenho direcionada à solução de problemas sociais.
- Aumentar a transparência e melhorar os instrumentos de mensuração de impacto.
- Prover recursos para construção do ecossistema de Investimento de Impacto social.

OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS DE ATUAÇÃO DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Um Banco de Desenvolvimento tem potencial de influência maior que o de outros atores na construção de um ecossistema de Finanças Sociais, conforme a última recomendação aos membros do G20. Para fomentar esse campo, foram cinco ações, resumidas a seguir:

1.

Realizar chamadas para fundos de *Venture Capital* de Investimento de Impacto, promovendo cada vez mais o uso de critérios de impacto social ou chamadas específicas para fundos dedicados ao tema.

2.

Uso de recursos não reembolsáveis na capitalização de fundos sociais e fundos de apoio à aceleração/incubação.

a. Realizar chamadas para gestores de Fundos Sociais sem fins lucrativos para que, a partir de recursos atualmente utilizados como doações tradicionais, estes atores gerenciem empréstimos com condições diferenciadas para negócios sociais com ou sem fins lucrativos.

b. Apoio às aceleradoras e incubadoras de Negócios de Impacto com aporte de fundos não reembolsáveis de forma a potencializar a atuação de diversos atores especializados (consultores, mentores, advogados, etc.), aumentando a taxa de sucesso destes empreendimentos

3.

Flexibilizar regras de subcrédito social para uso em Negócios de Impacto, fomentando uma nova alternativa de alocação de recursos já previstos para impacto social no financiamento de grandes empreendimentos.

4.

Constituir um Fundo Garantidor de Operações (Fundo de Aval) para facilitar o acesso de Negócios de Impacto a financiamentos, possivelmente com a flexibilização do FGO/FGI para incluir Negócios de Impacto em condições adequadas à realidade destas organizações

5.

Posicionamento Institucional dos Bancos de Desenvolvimento no papel de *market maker*.

a. Acompanhar recomendações globais e apoiar sua adaptação e implementação no Brasil, fomentando um alinhamento de princípios junto a outros atores do mercado em temas chave como métricas de impacto, entre outros.

b. Assumir papel de disseminador de conhecimento na construção do ecossistema, atuando como apoiador e disseminador de novas tendências conectadas ao tema de Finanças Sociais, como por exemplo apoio à produção acadêmica e patrocínio de conferências.

As próximas páginas detalham as oportunidades listadas acima considerando o contexto brasileiro. Espera-se que contribuam fortemente como insumo para discussões posteriores no âmbito de Bancos e Agências de Desenvolvimento.

DETALHAMENTO DAS OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS PARA ATUAÇÃO DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

1. Realizar chamadas para fundos de *Venture Capital* de Investimento de Impacto

Há poucos fundos de *Venture Capital* (Capital Empreendedor) específicos para Investimento de Impacto no Brasil. Também é incomum hoje que fundos de *Venture Capital* convencionais invistam em participação em Negócios de Impacto. Este contexto tem limitado o crescimento do campo de Negócios de Impacto e, portanto, seria necessário aumentar o investimento para fortalecer negócios já existentes e estimular o surgimento de um número maior de negócios.

Bancos de Desenvolvimento podem se tornar indutores do ecossistema de Negócios de Impacto via mercado de capitais realizando chamadas específicas para fundos de Investimento de Impacto, já que atuariam como direcionadores do mercado, podendo aportar recursos com a envergadura de *market maker*.

Temos como exemplo as chamadas para a constituição dos Fundos Criatech I e II, realizadas pelo BNDES para negócios focados em inovação, que fo-

mentaram a criação de novos fundos de *Venture Capital* com teses de investimento em empresas inovadoras. Em 2006 eram seis fundos e, até abril de 2014, o BNDES já possuía R\$ 2,5 bilhões em 34 fundos.

Esta iniciativa já foi também replicada por bancos regionais de desenvolvimento. Por exemplo, o Desenvolve-SP realizou uma chamada para o fundo Inova São Paulo, com recursos de parceiros como Fapesp, Finep, SEBRAE-SP e a *Corporación Andina de Fomento (CAF)*, com o objetivo de investir em *start-ups* de tecnologia.

A atuação por chamada de fundos poderia se dar em fases, acompanhando o desenvolvimento deste mercado. Uma chamada para *Venture Capital* exclusivos em investimentos de impacto pode ser uma ação que ainda precise de mais amadurecimento do campo e do aumento da quantidade de fundos existentes para que faça sentido.

Entretanto, este caminho pode ser construído em três diferentes etapas pelos Bancos.

- Incluir critérios de mensuração de impacto social na avaliação de desempenho das empresas que comporão o portfólio dos fundos a serem selecionados em suas próximas chamadas de *Venture Capital*;
- Criar chamadas específicas de Investimento de Impacto,

abrindo para todos e quaisquer fundos que sigam critérios de impacto, sejam eles com tese de investimento exclusiva de Investimento de Impacto ou não. Espera-se que alguns destes gestores continuarão a trabalhar nesta temática após estas chamadas⁶;

- Criar chamadas específicas para fundos exclusivos de Investimento de Impacto.

Ao incluir em suas chamadas alguns critérios de impacto social como itens pontuáveis, os Bancos aumentariam a chance de Fundos de *Venture Capital* dedicados a Negócios de Impacto se destacarem no processo de seleção. Os critérios também incentivariam os gestores de fundos convencionais a incluir a questão de impacto social em seu processo de investimento.

Com o aumento do número de fundos de *Venture Capital*, fomentados pelas chamadas não exclusivas, surgiria massa crítica de gestores e recursos para a realização futura de uma chamada pura em Impacto.

Reforçamos que é fundamental a exigência de que os gestores de fundos que relatem em suas teses de investimento a busca pelo impacto social garantam transparência sobre as métricas de impacto que serão perseguidas, como fará seu acompanhamento e se o impacto está sendo alcançado.

⁶ Pesquisa recente sobre o campo do Investimento de Impacto no Brasil: <http://www.aspeninstitute.org/publications/mapping-impact-investing-sector-brazil>

2. Uso de recursos não reembolsáveis na capitalização de fundos sociais e de fundos de apoio à aceleração/incubação

a. Realizar chamadas para gestores de Fundos Sociais sem fins lucrativos⁷

Como já mostrado, o acesso ao crédito por Negócios de Impacto é um desafio. Estes negócios geralmente não possuem perfil de risco para serem aprovados na análise de crédito de bancos comerciais ou muitas vezes não têm capacidade instalada que os permita acessar uma linha de crédito regular. Isso não elimina sua necessidade de recursos disponíveis, principalmente em seus estágios iniciais de desenvolvimento.

É preciso aumentar as condições e as opções disponíveis para que Negócios de Impacto tenham acesso a crédito e a investimentos. Um fundo social para financiamento de Negócios de Impacto com ou sem fins lucrativos, com empréstimos na faixa de R\$ 100 mil a R\$ 1 milhão (ex. capital de giro), é uma alavanca fundamental para que se crie no Brasil um *pipeline* diverso e numeroso de Negócios de Impacto saudáveis e com potencial de crescimento.

Uma possibilidade é utilizar como empréstimos os recursos que Agências ou Bancos de De-

envolvimento disponibilizam atualmente na forma de doação – diretamente a projetos, ou indiretamente por meio de grandes institutos e fundações empresariais –, com o objetivo de oferecer maior flexibilidade (de taxas de juros, prazos, etc.) indo além da recomendação anterior e, com isso, integrar mais organizações ao ecossistema, especialmente Negócios de Impacto sem fins lucrativos.

É importante também que parte destes recursos tenha alocação prevista em apoio técnico, já que muitos negócios sociais precisam de suporte desta natureza, inclusive para conseguir gerir doações ou empréstimos de forma efetiva.

Com este mecanismo, espera-se obter:

- Aumento do dinamismo das Finanças Sociais, uma vez que os gestores dos fundos sem fins lucrativos, sejam associações independentes ou institutos corporativos, teriam liberdade para estruturar e oferecer novos mecanismos de doação, empréstimo e investimento adaptados às especificidades dos Negócios de Impacto.
- Ampliação da capilaridade dos recursos, pois Fundos Sociais acessam uma gama maior de tipos de negócios fomentando um universo mais amplo.

⁷ A “lei das OSCIPs” (9790/99) define como um objetivo social válido a “experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito”, permitindo que OSCIPs façam empréstimos e gestão de fundos de capital advindo de doações. Assim, estas podem operar produtos financeiros destinados a organizações sociais e Negócios de Impacto excluídos do setor financeiro tradicional. Os recursos são rotativos, não retornando ao doador original e, portanto, os produtos podem apresentar condições (taxas de juros, prazo, etc.) diferenciadas.

b. Apoio às aceleradoras e incubadoras de Negócios de Impacto

Negócios em estágios iniciais têm suas chances de crescer aumentadas se receberem capacitação e suporte. Esta realidade não é diferente para os Negócios de Impacto. No Brasil, grande parte deles ainda se encontra em um grau de desenvolvimento inicial.

Além, evidentemente, de capital semente, negócios nascentes são favorecidos com suporte em infraestrutura, mentoria em gestão e apoio no desenvolvimento de estratégia para escala e para receber diferentes tipos de investimentos. Tanto para a sustentabilidade financeira do negócio, como para ampliar seu impacto social, esse apoio tem sido feito por aceleradoras e incubadoras. Como a maioria delas é uma organização sem fins de lucro, dependem de recursos não reembolsáveis. As poucas que têm investimentos na forma de participação acionária descrevem este financiamento como de risco e de retorno no longo prazo.

No Reino Unido, percebeu-se que direcionar recursos a facilitadores tais como aceleradoras, incubadoras, escritórios de advocacia, de consultoria e de gestão financeira para que estes pudessem prestar serviços aos de negócios sociais era muito benéfico para o desenvolvimento dos Negócios de Impacto⁸. Para isso, foi criado o *Social Incubator Fund*

que apoiou o desenvolvimento de incubadoras e aceleradoras com um valor de £10 milhões⁹.

A proposta é que, no Brasil, Bancos de Desenvolvimento apoiem, por meio do aporte de recursos não reembolsáveis, a incubação e a aceleração de Negócios de Impacto e contribuam com o crescimento de um *pipeline* de negócios escaláveis e de alta qualidade.

O aporte poderia ser direcionado a um *pool* de aceleradoras sendo designado um fundo para seleção e acompanhamento dos recursos aportados.

Esta oportunidade busca os seguintes resultados:

- Fortalecimento dos Negócios de Impacto – o suporte os torna mais robustos e prontos para receber um aporte de investimento.
- Aumento do *pipeline* de negócios sociais – maior número de negócios robustos com maior longevidade. Melhora no serviço de aceleração e incubação pelas entidades existentes – estas agora com recursos disponíveis podem se concentrar em suas atividades fim e não na captação de recursos.
- Incentivo à criação de novas aceleradoras, aumento do número de aceleradoras e outras organizações intermediárias para Negócios de Impacto
- Atração de aceleradoras convencionais para focar também em Negócios de Impacto.

⁸ Conforme verificado em visita da Força Tarefa a diferentes instituições públicas e privadas do ecossistema de Finanças Sociais do Reino Unido. Há inclusive um mecanismo local de “voucher” para acesso a estes serviços pelas *start-ups* sociais. De forma similar, no Brasil, o SEBRAE, via programa SEBRAETECH, coloca empresas com problemas tecnológicos em contato com Instituições Tecnológicas ou Empresas Especializadas e subsidia parte do projeto.

⁹ <https://www.gov.uk/government/policies/growing-the-social-investment-market/supporting-pages/social-incubator-fund>

3. Flexibilizar regras de subcrédito social para uso em Negócios de Impacto

Tomando o BNDES como exemplo, temos em seus financiamentos acima de R\$ 100 milhões a oferta de uma contrapartida para a empresa tomadora de investimentos: o subcrédito social. Este representa uma parcela de 0,5% do total financiado que deverá ser utilizado na agenda social do território em que os recursos do financiamento serão aplicados ou, então, em ações de impacto amplo no ambiente macrossocial (ações que beneficiem segmentos da população nacional exposta a algum tipo de risco).

No exemplo do BNDES, apesar de não existir uma restrição clara, também não há entre os critérios (são sete os objetivos de uso do subcrédito¹⁰) a possibilidade explícita de escolha de investimento em Negócios de Impacto para uso do subcrédito. A sugestão seria explicitar nas regras de uso do subcrédito “Negócios de Impacto” como possíveis receptores de recursos. Este seria um indicador importante da relevância do campo de Negócios de Impacto para as empresas tomadoras dos grandes financiamentos.

Bancos e Agências regionais poderiam incluir contrapartidas similares em suas linhas de financiamentos.

Como exemplo recente, a CPFL Energia propôs ao BNDES que parte dos recursos de seu subcrédito social fosse aportada a projetos relacionados ao fomento de Negócios de Impacto. Essa operação está em fase de aprovação, mas foi bem recebida pela área social do Banco, que entendeu que os Negócios de Impacto social que receberiam os aportes estariam de acordo com os critérios de uso do subcrédito.

Além da oportunidade de ter Negócios de Impacto como opção, outra alternativa de uso do subcrédito seria a empresa tomadora realizar a doação desses recursos para um Fundo Social sem fins lucrativos na região de atuação. Assim, a empresa ou instituto corporativo realiza a doação a uma organização da sociedade civil – um fundo de microcrédito por exemplo – que faz um empréstimo a um Negócio de Impacto. Num segundo momento, quando o recurso retornar ao credor, vai compondo um fundo rotativo que pode circular várias vezes, assim capturando as oportunidades do item 2. *Realizar chamadas para gestores de Fundos Sociais sem fins lucrativos.*

Estas ações dariam tanto a relevância necessária ao tema para as empresas tomadoras de financiamento, quanto possibilitaria o aumento do investimento no campo.

É fundamental que no modelo de uso do subcrédito via um

10 http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Fundo_Social/index.html

Fundo Social, a empresa tomadora do financiamento tenha participação no comitê deste fundo, condicionando as doações ou empréstimos realizados de forma alinhada às exigências do Banco de Desenvolvimento.

4. Constituir um Fundo Garantidor de Operações (Fundo de Aval) para facilitar o acesso de Negócios de Impacto a financiamentos

Novos negócios geralmente têm dificuldade de acesso a crédito por falta de histórico de operações e, em geral, ausência de garantias.

A criação de fundos de aval pelos Bancos de Desenvolvimento, focados especificamente em Negócios de Impacto, poderia contribuir para a redução dessa barreira.

Há duas opções relevantes de fundo de aval no mercado. O FGO – Fundo de Garantia de Operações, operado pelo Banco do Brasil, e o FGI – Fundo Garantidor de Investimento, operado pelo BNDES. Estes dois fundos operam hoje com pequenas e médias empresas, mas seus critérios de aprovação atuais ainda não os tornam acessíveis para parte dos Negócios de Impacto.

Os Bancos de Desenvolvimento poderiam operar estes fundos de aval aportando recursos próprios, ou casados com recursos de parceiros, ou como cotistas

de fundos operados por outros intermediários do campo. A operação por intermediários permitiria o fortalecimento do campo, fomentando instituições do setor.

Temos hoje o exemplo do Desenvolve-SP, que opera um fundo de aval no Estado de São Paulo para empreendedores cadastrados no SEBRAE, utilizando recursos do FAMPE, o Fundo de Aval do SEBRAE.

Para esta oportunidade, sugerimos uma implantação em fases, que pode evoluir conforme se desenvolve o campo.

- A sugestão inicial é que o BNDES flexibilize os critérios para acesso ao FGI por instituições comprovadamente sociais (Organizações Sociais ou Negócios de Impacto). Isto poderia ser feito pela redução do percentual do ECG (Encargo por Concessão de Garantia) cobrado para as linhas de capital de giro ou de aquisição de peças produtivas.
- Ao atingir uma demanda e uso significativos por negócios sociais, o FGI poderia ser flexibilizado para que a garantia se estendesse para acesso a outros produtos financeiros de crédito, não restrito aos produtos do próprio BNDES.
- Em um momento futuro, com um campo mais robusto, fará sentido a criação de um FGO específico para Negócios de Impacto.

5. Posicionamento Institucional dos Bancos de Desenvolvimento no papel de *market maker*

a. Acompanhar recomendações globais e apoiar sua adaptação e implementação no Brasil

Os Bancos e Agências de Desenvolvimento poderão contribuir com o alinhamento e disseminação das Finanças Sociais e de seus mecanismos, como o Investimento de Impacto. Da mesma forma será importante acompanhar cartas de princípios que estão sendo elaboradas para dar um escopo a empresas e governos sobre quais princípios e critérios podem e devem ser utilizados.

Globalmente, estão sendo criados glossários de indicadores e métricas de impacto social, a fim de criar padrões (*standards*) e sistemas de métricas que possam comparar os resultados e impactos gerados. Os bancos de desenvolvimento podem utilizar estas recomendações em suas chamadas de investimento ou de empréstimos.

Da mesma forma que o mercado desenvolveu plataformas globais de mensuração da performance financeira, começam a ser utilizadas plataformas para mensurar o retorno social (ex: GIIRS, Pulse, SRI).

b. Disseminação de conhecimento

O papel institucional dos Bancos de Desenvolvimento na disseminação das Finanças Sociais é fundamental. Por sua função e porte, ao se posicionarem em prol das Finanças Sociais, criam vitrine para o campo e podem assumir o papel de coordenação e articulação do setor privado para sua atuação neste campo.

A Força Tarefa gostaria de incentivar os Bancos de Desenvolvimento a abraçar esta causa, convidando-os a estar presentes nos debates sobre o campo, incentivando e informando sobre Finanças Sociais e Negócios de Impacto.

A seguir, listamos alguns exemplos de como atuar:

- Patrocinar a produção de informação e pesquisas qualificadas para pautar o campo das Finanças Sociais e seus atores.
- Financiar bolsas de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias para negócios sociais.
- Apoiar os grandes eventos do campo, como Fóruns e Seminários e mobilizar sua rede de investidores privados para participação nestes eventos, gerando um novo modelo mental – associando impacto social e retorno financeiro.
- Patrocinar as ações de atores indutores e fomentadores deste campo.

Atuação do Bancos Internacionais

Como referência, o estudo analisou instituições financeiras internacionais de desenvolvimento que têm foco na geração de emprego e no desenvolvimento social de seus países. Destacaram-se a experiência do *Department for International Development*, do Reino Unido, da americana *The Overseas Private Investment Corporation (OPIC)*, e do banco alemão *KfW DEG*.

Segue a tabela que apresenta essas instituições e suas formas de integração com o campo das Finanças Sociais e Negócios de Impacto.

- 1 OPIC apoia ecossistema pela constituição de uma rede de empresas investidas
- 2 CDC e OPIC focam claramente em setores de grande impacto em emprego (agricultura, manufatura, infraestrutura)
- 3 Fundos de PE são frequentemente citados. Não há referências a VC. DEG financia com Dívidas Conversíveis em *Equity*, mas não tem PE como estratégia.
- 4 Recursos Não Reembolsáveis – bancos são operadores neste caso. O recurso vem de programa das instituições superiores (KfW, DID), ou ou das Agências (USAID e UKAID)
- 5 Mecanismo encontrado apenas no Brasil

Setores investidos

Objetivos sociais

Carteira 2013

Produtos

Alvos

Apoia Ecossistema

Investimentos pioneiros²

Constrói transparência

Chamadas de *Venture Capital/Private Equity*³

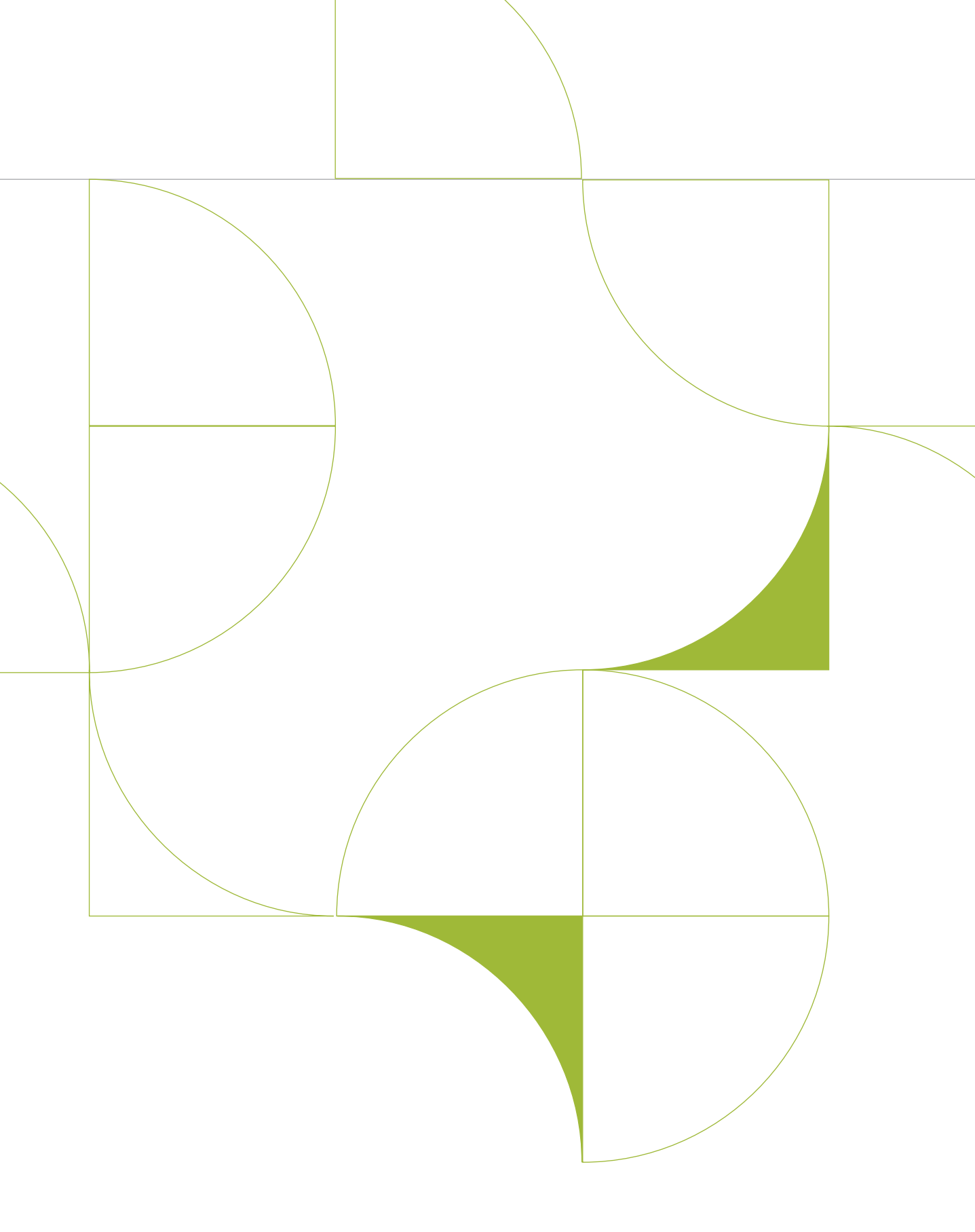
Recursos não reembolsáveis⁴

Subcrédito social⁵

Garantias (Aval) de operações

Posicionamento Institucional

CDC	OPIC	KFW DEG
Agricultura, manufatura, infraestrutura e serviços financeiros	Energia, agricultura e serviços financeiros	Todos os setores da economia, sendo mais forte em indústria e serviços financeiros
Geração de empregos	Impactos sociais e ambientais	Emprego, desenvolvimento sustentável, qualidade de vida população local, aumento da arrecadação de impostos
£2,5 bi; Autofinanciamento desde 1995	ND Autofinanciado desde 1971	EUR 6,8 bilhões, em fundos próprios, e eventualmente recursos do Governo Alemão
Fundos de <i>Private Equity</i> (principal), financiamento, <i>equity</i> direto, aval, mezanino	Financiamentos diretos (proj. Finance), garantias (aval), financia capacidade de empréstimos de outras instituições menores	Empréstimos e PME (Pequenas e Médias Empresas) locais, dívidas conversíveis em <i>Equity</i> , PPP (Parceria Público Privada) com programa de incentivo do Governo Alemão
Sem distinção de tamanho de empresa ou fundo investido	Pequenas e médias empresas, grandes projetos de energia e fundos de <i>private equity</i>	Pequenas e Médias Empresas e fundos de <i>Private Equity</i>
Sim	Sim ¹	Sim
Não	Não	Sim
Sim	Sim	Sim
Sim	Sim	Não
Sim	Sim	Sim
Não	Não	Não
Sim	Sim	Não
Sim	Sim	Sim





EXPEDIENTE

Coordenação Geral

Beto Scretas
Leonardo Letelier
Mariana Guimarães

Consultoria especializada

Kalo Taxidi
Alexandre Travelin
Thais Magalhães

Revisão Final e Produção

Paula de Santis
Vivian Rubia

Projeto Gráfico e Diagramação

Mondoyumi
Flavia Sakai
Naná de Freitas
Ed Santana

Diretoria Executiva



Parceiros estratégicos



Apoio



www.forcatarefafinancassociais.org.br